



Protegendo as pessoas e o planeta em 2021:

POR QUE OS INVESTIDORES DEVEM APOIAR AS PESSOAS DEFENSORAS QUE CONDUZEM A TRANSIÇÃO JUSTA PARA ECONOMIAS VERDES



“ A proteção do meio ambiente vai de mãos dadas com a proteção dos direitos daqueles que a defendem”

Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos **Michelle Bachelet**¹

As pessoas defensoras dos direitos humanos (DDHs) são lideranças vitais de uma transição justa para economias verdes,² levantando preocupações sobre riscos e danos associados a operações empresariais irresponsáveis, ao mesmo tempo em que defendem soluções sustentáveis. Estas informações são essenciais para que os investidores realizem a devida diligência ambiental e de direitos humanos efetiva, que ajudaria a reduzir seus riscos e a criar valor a longo prazo para todos os interessados.

Embora tenha havido um crescimento significativo nos portfólios ambientais, sociais e de governança (ESG, Environmental, Social and Governance), com os ativos ESG a caminho de ultrapassar US\$ 50 trilhões até 2025, os/as DDHs continuam a enfrentar riscos intoleráveis. Em 2021, o Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos localizou 615 ataques contra DDHs relacionados a quase todos os setores de negócios e ocorrendo em todas as regiões do mundo. Em 2021, quase 70% dos ataques foram contra pessoas defensoras de direitos do clima, da terra e do meio ambiente. Entre janeiro de 2015 e março de 2022, documentamos mais de 3.870 ataques a DDHs que estavam levantando preocupações sobre abusos de direitos humanos relacionados a empresas; nos quais pelo menos 765 pessoas defensoras foram mortas.³

1 “Protect the defenders of the planet, UN human rights chief urges,” 1 de março de 2022.

2 O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define “economias verdes” como economias de baixo carbono, eficientes em termos de recursos e socialmente inclusivas.

3 Como este acompanhamento é baseado em informações disponíveis publicamente e muitos ataques não são relatados, o problema é significativamente mais grave do que estes números indicam. Isto é agravado por um déficit generalizado de relatórios governamentais sobre o assunto. Entre os 162 governos que relataram seu progresso em direção às Metas de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) através da apresentação de Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs), apenas 6% compartilharam quaisquer dados sobre a meta 16.10 das SDGs, que visa proteger as liberdades fundamentais e inclui um indicador que localiza os ataques aos DDHs.

Desde 2015, o Centro de Informação monitorou inúmeros ataques que procuraram silenciar as pessoas defensoras que lutam pela responsabilidade empresarial em uma transição justa. Isto inclui pessoas que se opõem a novos projetos de extração de petróleo, gás e carvão, bem como aquelas que protegem os direitos humanos em cadeias de fornecimento de energia limpa – desde o boom na mineração de minerais de transição até a instalação de megaestações eólicas e solares.

O enfrentamento das mudanças climáticas requer uma ação urgente por parte dos governos, empresas, investidores e sociedade civil. No entanto, esta transição não será sustentável ou eficaz se não for justa. Isto inclui o respeito aos direitos dos/das DDHs, que são os principais defensores de uma transição justa e uma força motriz para ambientes limpos e seguros, condições justas de trabalho, governança democrática responsável e comércio responsável. O “E” e o “S” no ESG não podem ser tratados separadamente; a proteção do meio ambiente e o respeito aos direitos dos/das DDHs estão fundamentalmente inter-relacionados.

Os investidores institucionais têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos – no entanto, eles podem estar ligados a ataques contra os/as DDHs por meio de investimentos em empresas que causam, contribuem ou estão diretamente ligadas a ações que atentam contra os direitos dos/das DDHs. A fim de conduzir avaliações de risco sólidas, tanto as empresas quanto os investidores precisam se envolver com e compreender as preocupações levantadas pelos/pelas DDHs, em vez de silenciá-los/las. A escala dos ataques contra os/as DDHs revela uma ausência total de envolvimento das partes interessadas e de devida diligência em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente por parte de muitas empresas e investidores. Conduzindo uma sólida devida diligência em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente, que inclui considerar os riscos aos/as DDHs, os investidores atenderão tanto os critérios “E” quanto “S”, bem como criarão valor financeiro sustentável a longo prazo, ao mesmo tempo em que respeitarão os direitos daqueles/daquelas que estão na linha de frente da proteção do nosso planeta e seu povo.

Do lado positivo, há um número crescente de exemplos, especialmente no setor de energia renovável, que demonstram como os acordos de copropriedade e cobenefício podem levar a melhores resultados tanto para as comunidades quanto para as empresas. O W Dusk Group no Canadá é uma empresa de propriedade da indígena que concebe, constrói e desenvolve projetos de energia eólica e outros projetos de energia renovável. A empresa consulta os conselhos de lideranças comunitárias idosas sobre projetos e a comunidade compartilha os benefícios da eletricidade produzida. Esta abordagem voltada para a comunidade garante uma forte licença social para o projeto e ajuda a maximizar os benefícios para a comunidade e para a empresa.



Foto por Fibonacci Blue

Escala dos ataques

Em 2021, o Centro de Informação detectou **615** ataques contra DDHs relacionados a quase todos os setores empresariais e que ocorreram em todas as regiões do mundo. Os cinco setores mais perigosos são todos relacionados a recursos naturais.

A escala dos ataques ligados ao setor de mineração é particularmente preocupante, dada a expansão sem precedentes da produção mineral de transição necessária ao setor de energia renovável para alcançar o carbono net zero até a metade do século. [As projeções da Associação Internacional de Energia](#) apontam para um aumento de seis vezes na demanda de minerais de transição até 2040. Durante os últimos sete anos, a mineração **tem sido o setor mais perigoso** para os/as DDHs que levantam sérias preocupações sobre os danos relacionados a empresas.

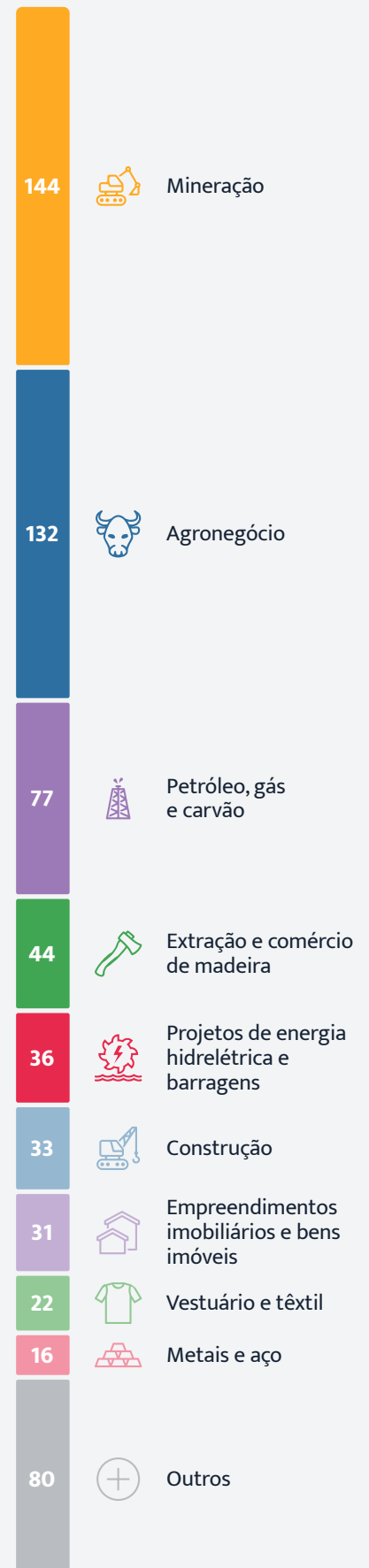
Em abril de 2021, [José de Jesús Robledo Cruz](#) e sua esposa, [Maria de Jesús Gomez Vega](#), foram encontrados mortos no deserto no **México**. Ambos haviam se oposto a um projeto de mineração local durante anos. Um cartão foi encontrado ao lado de seus corpos com os nomes de outras 13 pessoas que se opunham às operações de mineração; uma clara ameaça de morte para aqueles indivíduos. José e Maria haviam sido sequestrados e torturados anteriormente por causa de seu trabalho em prol dos direitos humanos.

O [Rastreador de Minerais de Transição](#) do Centro de Informação revelou que os maiores produtores dos seis principais minerais necessários para a transição energética (cobalto, cobre, lítio, manganês, níquel e zinco) estão, em grande medida, falhando em lidar com os riscos e impactos nas comunidades locais, uma vez que continuamos a registrar ataques às organizações da sociedade civil e suas lideranças.

Tipos de ataques: em 2021, **76** pessoas defendendo seus direitos contra operações empresariais prejudiciais foram **mortas** e pelo menos **88** casos de ameaças de morte e intimidação foram registrados. O abuso do sistema judicial por parte de atores empresariais e governamentais está aumentando, sendo que o assédio judicial constitui três em cada cinco incidentes de ataques.

[Joanna Stutchbury](#), uma defensora do meio ambiente que morreu após ter levado seis tiros perto de sua casa no **Quênia**, trabalhou durante anos para proteger a floresta de Kiambu. Ela opôs-se verbalmente às tentativas de construtores privados de construir na floresta e, antes de seu assassinato, havia recebido múltiplas ameaças de morte por causa de seu trabalho de defesa ambiental.

SETORES RELACIONADOS A ATAQUES A DDHS



As regiões mais perigosas:

desde que o Centro de Informação começou a monitorar ataques em 2015 as regiões mais perigosas para os DDHs têm sido consistentemente a América Latina e a Ásia e o Pacífico. Em 2021, o maior número de ataques foi registrado na Índia, no México e nas Filipinas, enquanto o maior número de assassinatos ocorreu no México e no Brasil.



O que motiva os ataques: ataques a DDHs que trabalham com abusos relacionados a empresas são motivados por muitos fatores, incluindo consulta inadequada à comunidade e falta de respeito ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas; racismo e discriminação; e restrições ao espaço cívico. Muitos ataques decorrem de empresas que não consultam com segurança e eficácia as comunidades afetadas por suas operações antes de iniciar projetos, revelando fraquezas em seu processo de devida diligência e aumentando os riscos operacionais, legais, financeiros e de reputação tanto para empresas quanto para investidores. Pelo menos **104** ataques contra DDHs em 2021 resultaram de falta de consulta efetiva ou de consentimento livre, prévio e informado ou divergências em relação a avaliações de impacto.

Os dados do Centro de Informação mostram que as pessoas defensoras indígenas estão no ponto nevrálgico dos ataques. Os povos indígenas detêm direitos e protegem 25% da superfície terrestre e 80% da biodiversidade restante. Eles são guardiões cruciais de nossas florestas, áreas verdes e vida selvagem, que são vitais para garantir a sobrevivência da humanidade. Onde os povos indígenas [desenvolveram e implementaram seus próprios governos autônomos e protocolos](#) para processos de consentimento livre, prévio e informado, eles estabeleceram com sucesso as bases para um engajamento baseado em direitos com estados e empresas. Entretanto, na maioria dos casos, eles continuam a ser excluídos da consulta efetiva pelos atores empresariais e governos. Embora os povos indígenas representem aproximadamente 5% da população mundial, **18%** dos ataques mundiais em 2021 foram contra os/as DDHs indígenas. A porcentagem é muito maior em algumas regiões, como a América Latina, onde dois em cada cinco ataques foram contra pessoas defensoras indígenas. No Brasil, foi **quase a metade**.

O diálogo social entre pessoas trabalhadoras, sindicatos, governo, empresas e sociedade civil é [fundamental para uma transição justa](#). Contudo, as restrições aos direitos das pessoas trabalhadoras de formar sindicatos ou associações e a repressão às pessoas trabalhadoras são generalizadas em todo o mundo. **Quase metade (45%)** dos ataques às pessoas defensoras dos direitos trabalhistas e sindicalistas em 2021 estavam ligados a restrições à sua liberdade de associação e reunião.

Recomendações

Empresas e investidores estão se comprometendo cada vez mais com a ação climática, incluindo [promessas de alcançar o carbono net zero](#) até metade do século. Entretanto, as mesmas empresas e investidores também devem introduzir políticas complementares expressando tolerância zero em relação a represálias contra os/as DDHs e um compromisso de engajamento seguro com as comunidades, pessoas trabalhadoras e DDHs. A devida diligência efetiva e a mitigação dos riscos dependem deste compromisso.

O não respeito aos direitos dos/das DDHs e à proteção das liberdades cívicas prejudica os esforços de transição justa, pois leva a atrasos nos projetos, violência contra os/as DDHs e danos às comunidades afetadas e ao meio ambiente. Isto, por sua vez, se traduz em riscos legais, financeiros, operacionais e de reputação para as empresas e investidores envolvidos.

Para cumprir sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos e reduzir o risco de danos às comunidades, pessoas trabalhadoras e outros/outras DDHs, recomendamos aos investidores:

- ➔ Estabelecer uma **política pública de direitos humanos** que reconheça o valioso papel dos/das DDHs na identificação dos riscos associados às atividades empresariais e se comprometa com uma abordagem de tolerância zero em relação aos ataques contra os/as DDHs. Comunicar claramente as perspectivas de direitos humanos incluídas nesta política às empresas do portfólio, incluindo que as empresas:
 - ➔ divulguem os direitos humanos e os riscos relacionados ao meio ambiente;
 - ➔ promovam consultas contínuas com as comunidades, pessoas trabalhadoras e DDHs;
 - ➔ tenham políticas e processos para respeitar os direitos dos povos indígenas (incluindo direitos à terra e consentimento livre, prévio e informado);
 - ➔ respeitem os direitos dos/das DDH; e
 - ➔ garantam o acesso efetivo à reparação quando ocorrer um dano.
- ➔ Empreender uma **rigorosa devida diligência em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente** e analisar potenciais investidores quanto a qualquer envolvimento anterior com retaliação. Evitar investir em empresas com este histórico.
- ➔ Utilizar a **influência de empresas investidas** que causam, contribuem ou estão diretamente ligadas aos direitos humanos e danos ambientais, incluindo ataques aos/as DDHs, de modo que a empresa mitigue o impacto e proporcione reparação aos afetados.